

O GLOBO

Recessão e programas compensatórios

J. CARLOS DE ASSIS

Sem recessão forte, exceto no período 1981-83, o Brasil chegou ao fim dos anos 80 com os piores indicadores sociais entre os países em desenvolvimento de renda média. Em termos de distribuição de renda, as diferenças entre nós são mais acentuadas que na Índia. E contra esse pano de fundo que deve ser avaliada a perspectiva de aprofundamento da recessão. Os custos sociais a curto prazo podem se tornar intoleráveis, com o risco de a conta ser apresentada antes dos resultados antiinflacionários.

Num recente seminário promovido pela Associação Comercial do Rio, a propósito da retomada do desenvolvimento, o Diretor do Departamento do Brasil do Banco Mundial, Armeane Choksi, recomendou que o Governo adote programas compensatórios para proteger os grupos sociais mais vulneráveis dos efeitos recessivos do programa de estabilização. O Banco se dispõe a apoiá-los, notadamente nas áreas críticas de educação, saúde e nutrição para os pobres. Mas as prioridades, claro, devem ser definidas internamente. Por órgãos que sequer conhecem, até o momento, sua estrutura operacional definitiva.

Justificada como precondição do programa de estabilização, a reforma administrativa limita a capacidade de iniciativa do Governo de lidar com suas consequências a curto prazo. Não é apenas no campo social. Nos setores também críticos de infra-estrutura econômica, o retardamento da definição de projetos prioritários impede o aporte de recursos internos para complementar empréstimos externos já comprometidos. Em razão disso, além de parar o investimento o Brasil vem pagando taxas de comprometimento de recursos não desembolsados que se elevam à fantástica cifra de 4,8 bilhões de dólares, somente junto ao Banco Mundial.

Em sua palestra, Choksi desfiou um rosário de indicadores sociais comparativos que, se não são inteiramente desconhecidos no Brasil, acabam relegados a segundo plano diante da política econômica permanente e embaraçada ao longo da década, por problemas de curíssimo prazo. A escolaridade média de uma criança no Brasil é de apenas quatro anos — a mais baixa média educacional na América do Sul, exceto Bolívia, e metade da Coréia. Em 1987, a taxa de mortalidade infantil brasileira, de 63 por mil nascidos vivos, ficou acima de El Salvador (59), Colômbia (46), Argentina (32), Chile (20) e Costa Rica (18).

Embora o Brasil aplique em programas sociais uma porcentagem maior do PIB do que em países comparáveis, os resultados são decepcionantes, porque os gastos se concentram em construções urbanas, ou em despesas hospitalares de alto custo ou educação universitária. A propósito, o gasto público por estudante de nível universitário no Brasil é 26 vezes superior ao gasto com estudante de nível primário (em comparação, esta relação nos Estados Unidos é inferior a cinco). "Não é surpreendente", observa o diretor do Bird, "que os pobres, que compreendem 41% da população, tenham recebido apenas 20% do total de benefícios dos programas sociais (incluindo a segurança social)".

Quanto à distribuição de renda, num grupo de 20 países analisados a partir de dados de 1989, o Brasil figura entre os que apresentam as mais acentuadas disparidades, superado apenas por Honduras e Serra Leoa, e no mesmo nível de Colômbia e Panamá. Para evitar que esse quadro se agrave durante o processo de estabilização, contudo, os programas compensatórios sugeridos por Choksi são pouco mais que expedientes temporários, a fim de apagar incêndios. No entanto, é indicação da peculiar insensibilidade burocrática brasileira para os problemas sociais que tenham sido destacados por um funcionário de agência estrangeira, num momento em que nossas autoridades econômicas parecem mais preocupadas com os reflexos do programa do leite no déficit público.